



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

**54ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária**

**A - Discussão e votação das Sugestões de Emendas a serem apresentadas à LDO (Projeto de Lei nº 3/2012-CN).**

### **EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

**1. SUGESTÃO DE EMENDA Nº 09/12 À LDO - COMISSÕES** - Dá nova redação ao item 33 do anexo V. (Auxílio-Alimentação)

**Tipo de emenda:** Modificativa - **Referência:** Anexo V - Inciso I - Item 33.

**Texto proposto:** 33. Auxílio-Alimentação (art. 22 da Lei nº 8.460, de 17/09/1992) e alimentação do pessoal militar das Forças Armadas (art. 50, inciso IV, alínea “g”, da Lei nº 6.880, de 09/12/1980, art. 3º, inciso XIII da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31/08/2001 e a Seção V do Decreto nº 4.307, de 18/07/2002).

#### **JUSTIFICATIVA**

A Medida Provisória nº 2.215-10, de 31/08/2001 dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. O Art 3º da referida MP, define auxílio-alimentação como direito pecuniário devido ao militar para custear gastos com alimentação.

Por sua vez, a Seção V do Decreto 4.307, de 18/07/2002, estabelece as situações de pagamento do auxílio-alimentação, destacando-se a previsibilidade que Praças, de graduação inferior a Terceiro-Sargento, quando em férias regulamentares e não for alimentada pela União, farão jus a uma vez a etapa comum fixada para a localidade onde o Militar serve.

Desta forma com a inclusão dos dispositivos supramencionados, fica evidenciado, que o pagamento da alimentação de Pessoal Militar não se destina apenas a aquisição de gêneros alimentícios, mas ao atendimento de despesas em pecúnia, previstas em lei.